

PROPOSTA DE COMUNICAÇÃO AO CONGRESSO

*Práticas e Terrenos da Antropologia em Portugal*

Mesa: Antropologia Urbana

Título Provisório: Espaço Residencial e Estratégias de Distinção num Bairro de Realojamento

Resumo: a antropologia e a sociologia urbanas têm vindo repetidamente a chamar a atenção para a individualização generalizada dos modos de vida nos bairros que são sujeitos a operações de realojamento. Isolamento familiar e fechamento doméstico, acompanhados pela ruptura das redes relacionais, perda das sociabilidades e aumento das conflitualidades locais, são aspectos centrais nos quais convergem as descrições dos novos espaços residenciais. Partindo de um estudo de caso realizado em 1995-96, esta comunicação pretende explorar as relações complexas entre o realojamento, as aspirações dos actores e as lógicas relacionais emergentes, tendo em conta a condição e o estatuto deste tipo de populações e o valor simbólico dos espaços de residência enquanto marcadores das identidades sociais.

Palavras-chave: pobreza; bairros de realojamento; estatuto social; identidade residencial; estratégias de distinção

José Manuel Cavaleiro Rodrigues

Escola Superior de Comunicação Social - Instituto Politécnico de Lisboa

## Comunicação ao Congresso

### *Práticas e Terrenos da Antropologia em Portugal*

Mesa: Antropologia Urbana

Título: Espaço Residencial e Estratégias de Distinção num Bairro de Realojamento

Como facilmente se depreenderá do título «Espaço residencial e estratégias de distinção num bairro de realojamento» esta comunicação debruça-se sobre a vida e os quotidianos relacionais nos bairros de habitação social. Enquanto investigador, os meus primeiros contactos com este universo tiveram lugar na antiga Zona N2 de Chelas, com a população realojada no conjunto habitacional que ficou conhecido pelo nome de «Pantera Cor-de-Rosa».

A perspectiva de trabalho que conduzia o meu olhar na altura, transcendia em muito o campo e as questões residenciais, já que o objectivo traçado era reconstituir a trajectória social daquele grupo, maioritariamente de origem camponesa, e o seu processo relativamente mal sucedido de integração urbana. Não pude no entanto deixar de ficar surpreendido com a situação relacional que ali fui encontrar, dada a individualização dos modos de vida residenciais, o isolamento vivencial das famílias, o seu fechamento no espaço doméstico, mais a mais acompanhados pela generalização de formas de interacção negativas, pelos conflitos e pela troca de acusações. Para um jovem e inexperiente investigador que preparava ainda a sua tese de licenciatura e cujas expectativas teóricas tinham até aí estado moldadas pelas descrições da cultura da pobreza de Lewis ou das “aldeias urbanas” de Gans, as revelações inesperadas do terreno não podiam ser mais estimulantes.

O âmbito mais vasto para o qual estava orientada essa pesquisa, não me permitiu então concentrar na razão de ser dessas características dos processos residenciais - que me limitei a descrever - mas ficou-me uma forte curiosidade, mais tarde reavivada pela descoberta de imensas semelhanças entre o caso de Chelas e o contexto das *cités HLM* francesas (Pétonnet; Calorigou). No entanto, o facto das primeiras pesquisas conduzidas no nosso país sobre os efeitos do realojamento, a satisfação residencial e as relações entre moradores nos bairros sociais (CET-CML; Freitas), no princípio da década de 90, confirmarem as minhas observações sugerindo todavia teses de cujo valor explicativo duvidava, convenceu-me em definitivo da relevância do problema e do interesse pessoal em o abordar.

O mestrado veio dar-me a oportunidade de fazer essa investigação, sob a forma de um estudo de caso em que o objectivo foi exactamente apreender os modos de vida residenciais e a lógica subjacente às relações que se estabelecem entre moradores nos novos bairros de realojamento. As interacções observadas compreenderam, simultaneamente, as práticas relacionais directas e concretas entre os actores nos locais públicos e semi-públicos de coabitação e os processos de comunicação que os mesmos actores usam para fazer circular as representações que constroem uns dos outros.

O bairro escolhido, depois de um trabalho exploratório ter permitido verificar a presença das características relacionais procuradas, foi a Horta Nova. Trata-se de um bairro novo de realojamento, situado numa área de expansão da freguesia de Carnide e rodeado por terrenos expectantes que a pouco e pouco vêm sendo ocupados por urbanizações destinadas às classes médias. O edificado do bairro ocupa uma área relativamente pequena e totaliza 45 edifícios de 4 e 5 pisos, onde vivem cerca 1800 indivíduos em 484 fogos. O processo de realojamento foi local, ou seja, a operação limitou-se a transferir os moradores das antigas habitações térreas pré-

fabricadas, para apartamentos em prédios implantados no mesmo terreno. A população residente manteve basicamente a composição anterior e apresenta os traços demográficos típicos destes contextos sociais: é muito jovem e os seus agregados são maioritariamente de casais com filhos; a primeira geração é de origem rural e convive com uma pequena minoria de imigrantes africanos.

Sem entrar em grandes pormenores sobre a metodologia, há um conjunto de opções que importa identificar para enquadrar esta investigação. Em primeiro lugar, e considerando a fonte das informações mais exploradas na análise, a principal técnica de recolha de informação foi a entrevista em profundidade. O trabalho de campo recorreu igualmente à observação directa, mas os dados assim obtidos tiveram sobretudo um papel complementar, na confrontação das narrativas com as práticas reais do quotidiano residencial.

Em segundo lugar e porque a condição geral de pobreza da população recobria uma grande heterogeneidade de situações objectivas, a população foi estratificada e os entrevistados escolhidos dentro dessas categorias, de modo a que a análise da vida social do bairro reflectisse essa diversidade interna. A categoria quantitativamente maior, identificada como “estrato B”, era composta por operários e empregados pouco qualificados e por reformados, com níveis de rendimento variáveis mas baixos, basicamente auto-suficientes e com estratégias de vida orientadas para a subsistência. No extremo superior do espectro social local, figurava uma pequena minoria privilegiada que designámos por “estrato A”. Reunia empregados e operários com alguma qualificação, por vezes com cargos de chefia, e trabalhadores por conta própria, cujas estratégias de vida visavam a acumulação e a aquisição de capital escolar através dos descendentes. No extremo inferior, o “estrato C” agrupava uma segunda minoria composta por famílias muito numerosas, em situações de miséria ou de grande carência. Geralmente

desempregados, dependiam da assistência, de trabalhos ocasionais ou de expedientes mais ou menos legais para angariar recursos.

Finalmente, refira-se que as entrevistas feitas às famílias representantes destes estratos, foram sujeitas a análise temática e categorial, método adequado ao objectivo de pôr em evidência as representações e os julgamentos sobre o espaço residencial e as relações no seu interior.

A análise dos resultados permitiu-nos chegar a um conjunto de hipóteses interpretativas que aqui apresentamos, fazendo o seu confronto com outras leituras existentes para explicar as relações internas entre moradores no quadro dos espaços de realojamento.

Na Horta Nova voltámos a verificar que os primeiros tempos nas novas habitações são acompanhados por uma individualização generalizada dos modos de vida, concretizada pelo isolamento das famílias e pelo fechamento nos espaços domésticos. Consequentemente, as redes de relações locais entram em ruptura e perdem-se as solidariedades e as formas de sociabilidade que as estruturavam.

Uma das teses desenvolvidas em Portugal sobre os efeitos do realojamento, atribui os cortes relacionais à insegurança por vezes sentida e manifestada pela população destes bairros. Os dois fenómenos interagiriam sob a forma de um círculo vicioso, em que os sentimentos de insegurança predispõem ao enfraquecimento dos laços e a fragilidade destes, favorecendo um maior isolamento, está igualmente a contribuir para o aumento da insegurança.

No período em que realizámos a nossa observação, os factores de insegurança (criminalidade e delinquência), tinham uma presença objectivamente reduzida no bairro, o que aliás nos recorda a arbitrariedade que é identificar áreas residenciais pobres e zonas criminógenas. Assim, os sentimentos de insegurança expressos foram não só raros, como partiram do “estrato C”, grupo que dada a precariedade das condições de vida, poderia estar simplesmente a deslocar para um

objecto exterior mais aceitável e confortável, a ansiedade que sentia face à sua própria situação social. Além disso - e este argumento parece-nos mais importante, não encontramos nas representações residenciais tentativas de justificar o isolamento com a insegurança, o que me parece inviabilizar o estabelecimento de qualquernexo de causalidade entre os fenómenos.

As mesmas teses que avançam com este tipo de explicação, colocam na origem do processo de isolamento e distanciamento das famílias dois outros factores. Em primeiro, a própria operação de realojamento, responsável pela desmontagem das antigas relações de vizinhança e, em segundo, a morfologia e o modelo habitacional, pouco estimulantes dos contactos e da interacção.

Ora, sem pretendermos negar por completo a interferência daquilo que Rémy chama os “efeitos específicos do espaço” nestes processos, achamos todavia que, contra as recomendações do mesmo autor, se está a querer autonomizar a sua incidência e a sobrevaliar a sua eficácia, ao considerá-los como factor determinante das reacções relacionais. A melhor forma de demonstrar que o espaço construído não é um factor nem tão autónomo nem tão poderoso como se parece crer, é que na Horta Nova certas franjas restritas do “estrato B” não tiveram dificuldade em reatar o mesmo género de sociabilidades em espaços que supostamente as não favoreceriam.

Por outro lado, se aceitarmos que os cortes relacionais são uma pura e simples imposição da reestruturação espacial, como explicar a emergência na Horta Nova de uma nova ética residencial, consensualmente defendida e rigorosamente aplicada, que prescreve o isolamento e o fechamento, a formalização dos contactos, e critica a presença imotivada no espaço público?

Parece-me que estes dados sugerem a existência de uma relação mais complexa entre realojamento e transformações relacionais do que previam as explicações anteriores. O factor espaço mantém, na leitura que queremos propor, toda a sua importância, já que os efeitos

descritos decorrem do acesso às novas condições residenciais, mas, ao nível explicativo, esses efeitos só podem ser compreendidos a partir de um elemento base: a estrutura social.

As modernas sociedades industriais liberais são, todos o sabemos, sistemas estratificados, assentes em valores de consecução universalista, onde os indivíduos consideram a ascensão social um bem desejável. Mesmo que na prática a circulação real entre estratos seja bastante limitada, como enfatizam as teorias da reprodução, tal facto não invalida que a ideologia da mobilidade seja transversal à sociedade e exerça a sua influência nas aspirações dos indivíduos, independentemente da classe a que pertençam. Neste quadro, é de admitir que também os mais desfavorecidos sejam permeáveis à valorização da mobilidade e aspirem a melhorar a sua posição social, ainda que, em virtude da falta de “capitais” adequados a sua probabilidade de concretizar essas expectativas seja ínfima.

Um dos operadores que permitem a todos os grupos sociais afirmar ou reivindicar uma posição nas hierarquias é, precisamente, o alojamento. Se reconhecemos ao alojamento este papel universal de marcador simbólico do estatuto social, compreendemos que o acesso a habitações de acordo com padrões médios urbanos por parte de populações que nunca conheceram outra condição que a da habitação degradada, seja necessariamente percebida por elas como uma oportunidade única de promoção social. A melhor prova de que esta disposição se forma e mobiliza os actores envolvidos no realojamento é a satisfação com que recebem as novas casas e o esforço que colocam na sua apropriação, chegando até a imitar o estilo decorativo e os modos de habitar de grupos sociais melhor posicionados.

Dito isto, estamos em condições de avançar com a ideia de que são as tentativas para aproveitar o realojamento de modo a afirmar uma trajectória ascensional, que estão na origem da reestruturação das relações residenciais. Por um lado, o movimento que leva os actores a procurar afirmar a superioridade do seu estatuto no campo residencial, centrando os

investimentos na casa, implica um movimento correspondente de individualização dos projectos e, conseqüentemente, uma autonomização das famílias e o seu fechamento ao exterior. Ao novo estatuto habitacional está associado um outro estilo de vida, que exige dos actores práticas sociais distintas das anteriores e submete os seus comportamentos residenciais a uma lógica individualista.

Por outro lado, as referidas tentativas de promoção social através da residência implicam reestruturações relacionais porque criam divisões até aí inexistentes. De facto, o significado promocional da casa nova é partilhado em termos idênticos por toda a população, mas são as famílias através das suas práticas singulares, a construir cada uma por si a passagem à nova condição residencial. Visto que as famílias não podem concorrer todas com o mesmo volume de recursos específicos para a progressão habitacional, o processo de apropriação contribui para gerar novas desigualdades no seio do grupo. Passando a estar inscritas no espaço doméstico sob a forma de melhoramentos às habitações, as diferenças internas ganham visibilidade e instauram rivalidades -diria positivas, entre actores empenhados em competir pelas posições de maior destaque e prestígio residencial.

As dinâmicas relacionais da Horta Nova após o realojamento são igualmente determinadas por um outro factor. Referimo-nos ao estigma que, nas representações exteriores, assimila todo o bairro a uma identidade negativa, conotando-o com a degradação e a insalubridade e associando os seus habitantes à delinquência. Os efeitos de ordem simbólica que estas imputações têm sobre a população são potentes e marcam profundamente a sua consciência, ao ponto de levar os indivíduos a reverem-se enquanto grupo nesta identidade diminuída.

A má imagem formou-se e foi-se cristalizando durante o período em que viveram no bairro antigo e, apesar da requalificação, os moradores estão convencidos que se manteve depois da

transferência para o novo cenário habitacional. A partir do momento em que a preocupação principal passa a ser aproveitar a oportunidade de ascensão social trazida pelo realojamento, o prejuízo identitário causado pela imagem estigmatizante torna-se intolerável. Determinados em defender as identidades para puderem sustentar as suas reivindicações internas e externas a uma subida de estatuto e não dispendo de outros meios para remover o rótulo e limpar a imagem do bairro, os moradores optam por se demarcarem individualmente dos comportamentos que estão na base da sua condenação social.

O mecanismo que os actores usam para proteger as suas aspirações e esperanças de promoção social da identidade estigmatizada e desvalorizante, são as estratégias de distinção e o seu instrumento as acusações trocadas no quotidiano relacional. Os verdadeiros objectivos das acusações ficam patentes quando descobrimos que os seus temas não se limitam às questões objectivas da coabitação, aos problemas práticos de utilização dos espaços colectivos e das relações interpessoais no seu interior, e envolvem a própria identidade social dos indivíduos e das famílias, desde os seus comportamentos económicos às relações familiares, dos papéis conjugais aos paternais.

Todo o processo acusatório funciona com base na criação de uma posição ideológica que corresponde ao pólo negativo dos comportamentos e se destina a focalizar numa categoria específica de moradores o essencial do descrédito exterior. Para essa posição são remetidos os actores a quem pode consensualmente ser atribuída a responsabilidade inegável pela ruptura com as normas definidas para as relações sociais locais.

O jogo social das acusações envolve todos os outros actores não fixados nesse pólo negativo. A motivação central da participação de cada um é a defesa contra o estigma e a imposição de uma identidade sobrevalorizada para si e para os seus, objectivo que depende da criação da maior distância possível relativamente a esse pólo negativo. Na troca concreta de acusações, a

construção do distanciamento faz-se tentando projectar os adversários na direcção dessa posição estigmatizada, ao mesmo tempo que se exalta a diferença e a superioridade dos comportamentos pessoais ou familiares.

As estratégias de distinção abarcam ainda atitudes de evitamento relacional em que o propósito é não ser confundido ou assimilado às categorias mais desprestigiadas do bairro. Estas atitudes reforçam a tendência para o isolamento familiar e para o esvaziamento das relações interpessoais ao nível local.

As lutas de distinção identitária, combinadas com os efeitos de diferenciação introduzidos pelas práticas de apropriação habitacional, contribuem para a construção de uma hierarquia microsocial - ou de "infra-hierarquias", como também já foram designadas, no interior do campo residencial. Como a maioria dos moradores não tem os recursos económicos suficientes para se envolver nas disputas pelo estatuto habitacional, são as distinções de ordem simbólica proporcionadas pelas lutas em torno da identidade a operar o essencial das diferenciações hierarquizantes. Estas hierarquias revestem-se, portanto, de um carácter algo específico: não nascem tanto das disputas por posições superiores, mas mais das lutas para maximizar as distâncias relativamente às posições inferiorizantes.

Nas hierarquias assim constituídas só há duas posições estáveis. No fundo da escala microsocial, estão aqueles que identificámos como o estrato "C", os mais pobres dos pobres, fixados ao pólo negativo das representações e excluídos pelos restantes grupos; no topo, encontram-se as famílias do estrato "A", apoiadas numa condição económica superior, num estatuto habitacional distinto, e mais resguardadas dos efeitos das acusações graças ao seu afastamento e menor exposição no campo residencial. O espaço central do leque hierárquico é ocupado pela imensa e variada maioria do estrato "B". É das franjas mais frágeis e inseguras deste sub-grupo, cuja condição objectiva e estatuto são instáveis por natureza, que saem os

grandes protagonistas das lutas de distinção que parecem estar a criar na Horta Nova um grupo residencial "perpétua e estruturalmente dividido contra si próprio" (Pétonnet).